



TRIBUNAL DE CONTAS
DE RORAIMA

Simulado Especial TCE RR

Auditor de Controle Externo
Controle Externo - Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial TCE-RR (Auditor de Controle Externo - Controle Externo)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor de Controle Externo - Controle Externo do TCE-RR**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/dPVE6sq6Z7sdnjk8>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 81 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 82 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 83 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 84 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) | 85 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) | 86 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) | 87 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) | 88 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) | 89 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) | 90 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) | 91 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) | 92 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) | 93 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) | 94 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) | 95 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) | 96 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) | 97 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) | 98 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) | 99 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) | 100 - (A)(B)(C)(D)(E) |

MÓDULO I
CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo***01. Leia o texto abaixo.**

A ocasião faz o ladrão. Frase com certa sutileza malvada embutida. Dá conta implicitamente de que, havendo ocasião, surge inevitavelmente o ladrão. Diversos códigos penais basearam-se em tão triste concepção do gênero humano para vazar seus artigos. Segundo tal hipótese, o que garante não haver ladrões é um eficiente sistema de punição.

(Trecho retirado do livro A vida íntima das frases, de Deonísio da Silva)

Sobre a estruturação do texto, assinale a afirmativa correta.

- a) O texto traz uma tese no primeiro período e, nos períodos seguintes, argumentos que a defendem.
- b) A tese do texto é “o que garante não haver ladrões é um eficiente sistema de punição”.
- c) O período “Frase com certa sutileza malvada embutida” é fruto de opinião pessoal do emissor do texto.
- d) Os dois primeiros períodos do texto se opõem semanticamente.
- e) O autor traz argumentos de autoridade para defender o seu ponto de vista.

02. O texto abaixo em que o argumentador, na tentativa de convencer o leitor, apela para a intimidação por constrangimento é:

- a) Fique mais atraente com nossas camisetas.
- b) Compre três e pague dois!
- c) A sua casa pode estar vulnerável! Conheça nossas câmeras de segurança.
- d) Nunca deixe para amanhã, pois o amanhã pode não chegar.
- e) Não seja porco! Não jogue lixo no chão!

03. Assinale a frase que mostra vocábulo substantivado.

- a) O silêncio não era completo; ouviam-se carros que passavam fora.
- b) Conhecia as regras do escrever, sem suspeitar as do amar.
- c) Se existe alguma coisa sagrada, esta é o corpo humano.
- d) O espírito está pronto, mas a carne é fraca.
- e) Que o teu corpo não seja a primeira cova do teu esqueleto.

04. Em todas as frases abaixo, o autor procurou meios de não repetir a mesma palavra (sublinhada) de forma idêntica.

Assinale a opção que mostra a frase em que o processo utilizado para isso foi identificado corretamente.

- a) O bom médico não deixa ver nada de suas apreensões ao seu paciente. / Substituição por pronome pessoal.
- b) Não vejo novelas; a última que me prendeu no sofá foi escrita pelo Dias Gomes. / Substituição por termos cognatos.
- c) Quanto menos tempo tenho para praticar as coisas, menos curiosidade sinto de aprendê-las. / Substituição por elipse.
- d) Infelizmente o cérebro humano é um dos poucos órgãos do nosso corpo que não têm uma válvula excretora. / Substituição por hiperônimo.
- e) O riso é próprio do homem, mas o rir demais traduz pouca inteligência. / Substituição por sinônimos.

05. Assinale a frase abaixo que exemplifica um texto injuntivo.

- a) A vida me mostrou que, onde há poesia, a dose de saúde é maior.
- b) Quer se abrir ou se misturar ao outro, quem quer que seja esse outro (mesmo que em nós mesmos), leia a poesia.
- c) Daí a necessidade de lutar hoje pela poesia: a poesia deveria fazer parte dos “Direitos do Homem”.
- d) Há certamente uma pedagogia poética, uma política poética, ainda que instáveis.
- e) A poesia é um receptáculo de intensidades que em algum lugar se encontram com as nossas.

06. Assinale a frase em que as palavras repetidas possuem o mesmo significado.

- a) A chave para o sucesso é ter a chave do banco.
- b) Mais vale um galo no quintal do que dois galos na testa.
- c) O aluno era tão cabeça, que sabia toda a matéria de cabeça.
- d) Quanto mais forte o vento, mais fortes as árvores.
- e) Agradar a si mesmo é orgulho, agradar aos outros, vaidade.

07. De todas as frases abaixo podemos inferir alguma coisa; assinale a opção em que essa inferência é incoerente.

- a) As aulas de todas as escolas públicas vão chegar ao fim em dezembro / a educação pública no país melhora a cada ano.
- b) O governo pretende arrecadar mais em impostos no próximo ano / o governo vai combater a sonegação.
- c) Talvez a repressão seja a melhor forma de diminuir o problema das drogas / há dúvidas quanto à melhor maneira de combater as drogas.
- d) Uma abelha sozinha é apenas um inseto irracional / Abelhas trabalham melhor em grupo.
- e) O Carnaval este ano foi menos violento que os anos passados / O Carnaval costuma ser violento.

08. Assinale a opção em que a primeira oração expressa uma consequência.

- a) Choveu muito durante a noite. As ruas ficaram alagadas.
- b) Estudou feito louco. Passou no concurso que desejava.
- c) Ela estava atrasada. Perdeu a hora de se levantar.
- d) Chegou a casa muito cansado. Dormiu mais cedo que de costume.
- e) Fazia muito frio. Saiu para caminhar de casaco.

09. A opção em que o termo destacado exerce função sintática diferente dos demais é:

- a) O departamento deve ter o controle das senhas dos funcionários.
- b) É importante fazer a conferência de saldos todos os dias.
- c) Trata-se de uma ferramenta para medir a satisfação dos clientes.
- d) A conferência de estoque é de competência do funcionário.
- e) Efetue a contagem do estoque periodicamente.

10. Assinale a frase que mostra um erro no emprego da vírgula.

- a) No bojo da globalização se insere a política de regulação de mercado através de agências, que são ferramentas indispensáveis, à defesa do consumidor.
- b) A indústria alimentícia brasileira tem cumprido seu papel de oferecer alimentos de boa qualidade, com variedade e a preço acessível.
- c) Um progresso visível se observa, quando o mercado atual é comparado ao mercado dos anos 1980, que era limitado, caro e de baixa qualidade.
- d) O desafio do poder público é o controle da concorrência e da concentração de mercado, usada entre os concorrentes, com objetivos diversos.
- e) Montagem de legislação, fortalecimento de órgãos e criação de canais de cooperação são alguns dos instrumentos que o poder público tem lançado mão.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

11. Em uma avenida da cidade de Boa Vista há 6 quadras e em cada quadra há 3 postes de alta tensão. A concessionária de energia responsável pela região deseja trocar as três linhas de cabos de alta tensão que ligam esses postes em linha reta. Sabendo-se que a distância entre dois postes é de 32 metros, desprezando-se a folga para dilatação do material, a quantidade de cabo de alta tensão necessária para realizar o trabalho é de:

- a) 544 m
- b) 1.719 m
- c) 576 m
- d) 1.632 m
- e) 564 m

12. Joaquim tem três éguas: Elizabeth, Carmela e Pavlova. Elizabeth consome o dobro da ração que a Carmela consome e esta, por sua vez, consome o triplo da ração de Pavlova. Se Pavlova consome 910 gramas de ração por semana, pode-se concluir que, em um mês de 31 dias, Joaquim gasta, em ração:

- a) 40,30 kg
- b) 12,09 kg
- c) 41,21 kg
- d) 24,18 kg
- e) 36,12 kg

13. Seja N o menor número inteiro, maior do que 3, que, dividido por 4, por 5, por 9 ou por 20, deixa sempre resto 3.

A soma dos algarismos de N é

- a) 8.
- b) 9.
- c) 10.
- d) 11.
- e) 12.

14. A casa de Arnaldo está a 1km a noroeste do único bar da sua cidade, enquanto a casa de Bernaldo está a 2400m a nordeste do mesmo bar. A distância entre as casas de Arnaldo e Bernaldo é de:

- a) 2200m
- b) 2600m
- c) 2800m
- d) 3200m
- e) 3400m

15. Uma proposição equivalente a “Se dormi bastante e fiz exercício físico, então deixei de estudar” é a proposição:

- a) Não deixei de estudar e não dormi bastante e não fiz exercício físico.
- b) Deixei de estudar e não dormi bastante e não fiz exercício físico.
- c) Se não deixei de estudar, então não dormi bastante ou não fiz exercício físico.
- d) Se não deixei de estudar, então não dormi bastante e não fiz exercício físico.
- e) Se deixei de estudar, então dormi bastante ou fiz exercício físico.

16. Na compra de uma moto, um Auditor de Controle Externo recebeu um desconto de 10% sobre o preço de X reais. Após certo tempo, comprou uma nova moto por R\$ 4.740,00 e, para fazer o pagamento, deu a primeira moto como entrada, com prejuízo de 10% sobre a quantia que havia pagado, e mais três parcelas sem juros de R\$ 500,00 cada. Nessas condições, X é igual a

- a) 4.000.
- b) 4.100.
- c) 4.200.
- d) 4.210.
- e) 4.220.

17. Amanda, Bruna e Clarissa marcaram de se encontrar em um bar. Amanda chegou às 12h37min, Bruna chegou 23 minutos antes de Clarissa e Clarissa chegou às 13h16min.

O tempo que Bruna chegou depois de Amanda foi, em minutos,

- a) 16
- b) 15
- c) 14
- d) 13
- e) 12

18. Um bônus de R\$ 1.664,00 será dividido entre os vendedores A e B de uma loja de forma inversamente proporcional ao número de clientes insatisfeitos com os atendimentos deles. Se a razão entre o número de clientes insatisfeitos com os vendedores A e B é $\frac{3}{5}$, então o vendedor A receberá a quantia de:

- a) R\$ 227,40
- b) R\$ 624,00
- c) R\$ 998,40
- d) R\$ 1.040,00
- e) R\$ 1.071,40

19. Quatro amigos, Arnaldo, Breno, Cássio e Diego, foram a um teatro. No local havia sete cadeiras vazias consecutivas, conforme o esquema a seguir:



O número de maneiras de que os quatro amigos podem se sentar nas cadeiras é:

- a) 960
- b) 35
- c) 840
- d) 120
- e) 60

20. Em uma oficina mecânica, as probabilidades de haver as peças A, B e C disponíveis para uso são de, respectivamente, 60%, 70% e 70%.

A probabilidade de, em um dado momento, estar disponível pelo menos uma das três peças é:

- a) 98,2%
- b) 96,4%
- c) 85,2%
- d) 82,6%
- e) 78,0%

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA
(CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE RORAIMA)***Emerson Bruno*

21. Diesley Valdikely é a responsável pelo Controle Interno da Autarquia Estadual BETA. Ao elaborar um treinamento para seus subordinados sobre o Ministério Pública de Contas, ensina corretamente que:

- a) Ao Ministério Público de Contas é assegurada autonomia administrativa, orçamentária, financeira e funcional.
- b) Os membros do Ministério Público de Contas são os membros do MPE RR que atuam na corte de contas.
- c) O Ministério Público de Contas está subordinado ao Tribunal de Contas e à Controladoria Geral do Estado.
- d) A sistemática constitucional brasileira e do Estado de Roraima não previu a existência de uma Procuradoria de Contas.
- e) O Ministério Público de Contas não possui autonomia financeira, visto que seu orçamento está integrado ao do Tribunal de Contas do Estado.

22. O Tribunal de Contas, integrado por 7, (sete) Conselheiros, tem sede na Capital, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo Estado. Ariosvaldo, interessado em uma futura nomeação para a corte de contas, deseja saber quais são os requisitos presentes na Constituição do Estado para a sua eventual nomeação. De acordo com a Constituição de Roraima não é requisito para a investidura no cargo.

- a) ter mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 65 (sessenta e cinco) anos de idade;
- b) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros e de administração pública.
- c) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.
- d) idoneidade moral e reputação ilibada;
- e) ter mais de 10 (dez) anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos necessários ao exercício do cargo.

**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA (LEI ORGÂNICA E
REGIMENTO INTERNO DO TCE-RR)***Herbert Almeida*

23. Jorge é Conselheiro do TCE RR e recebeu um convite para exercer outra atividade remunerada. Interessado em complementar a sua renda, Jorge buscou informações no Regimento Interno do TCE e percebeu que poderá:

- a) dedicar-se à atividade político-partidária.
- b) exercer cargo técnico ou de direção em associação de classe, com ou sem remuneração.
- c) exercer um cargo de magistério, mesmo que não esteja em disponibilidade.
- d) exercer profissão liberal, emprego particular, comércio, ou participar de sociedade comercial, desde que não haja relação com o setor público.
- e) celebrar contrato com empresa concessionária de serviço público, desde que o contrato contenha cláusulas especiais, em razão do cargo que exerce.

24. Uma importante unidade administrativa do Estado de Roraima foi vítima de um ataque cibernético supostamente realizado com o uso de inteligência artificial. As investigações iniciais comprovaram que o ataque foi sem precedentes, inviabilizando todos os sistemas modernos de proteção e segurança de informação. Simultaneamente com o ataque cibernético, os *backups* com as informações sobre as contas da unidade foram roubados e destruídos por uma quadrilha até então desconhecida. Após ampla apuração, constatou-se que os agentes públicos responsáveis pela gestão da unidade não estavam envolvidos nos ataques e nem poderiam evitá-lo. Constatou-se ainda que o julgamento das contas dos responsáveis tornou-se impossível. Nesse caso, caberá ao Tribunal emitir uma decisão:

- a) terminativa, ordenando o trancamento das contas consideradas ilíquidas;
- b) definitiva, julgando as contas irregulares.
- c) definitiva, julgando as contas regulares, mas consignando as ressalvas.
- d) preliminar, determinando a constituição de tomada de contas especial para investigações.
- e) preliminar, com citação dos responsáveis para saneamento das contas.

25. O TCE RR pretende realizar uma grande e complexa fiscalização nas unidades da Secretaria de Educação. Segundo os planos iniciais, a Corte pretende visitar todas as escolas estaduais, realizando entrevistas com professores e alunos. Todavia, o servidor encarregado do planejamento ficou em dúvidas se é viável realizar tal procedimento. Dessa forma, buscando obter mais informações e avaliar a viabilidade da realização da fiscalização, o Tribunal poderá utilizar o seguinte instrumento de fiscalização:

- a) auditoria.
- b) acompanhamento.
- c) inspeção.
- d) monitoramento.
- e) levantamento.

26. Os conselheiros, em suas ausências e impedimentos por motivo de licença, férias ou outro afastamento legal, serão substituídos, mediante convocação do Presidente do Tribunal, pelos auditores, observada a ordem de antiguidade no cargo, ou na maior idade, no caso de idêntica antiguidade. Nesse contexto, acerca dos auditores, é correto afirmar que:

- a) quando em substituição a conselheiro, terá as mesmas garantias e impedimentos, vencimentos e vantagens do titular e quando no exercício de suas atribuições funcionais, às de juiz de primeiro grau.
- b) quando não convocado para substituir conselheiro, presidirá a instrução dos processos que lhe foram distribuídos, relatando-os e votando-os durante a deliberação nos colegiados da Corte.
- c) exerce cargo de indicação política do governador, cuja aprovação dependerá da análise da Assembleia Legislativa.
- d) depois de empossado no cargo só o perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- e) podem exercer funções ou comissões na Secretaria do Tribunal, mediante designação do Presidente do TCE.

27. Quando o Plenário desejar fixação de critério ou orientação onde não se justificar a expedição de instrução normativa ou resolução, a decisão terá a forma de:

- a) regimento interno;
- b) decisão preliminar;
- c) acórdão;
- d) parecer;
- e) decisão normativa.

28. Paulo foi condenado pelo Tribunal de Contas de Roraima ao pagamento de multa simultaneamente com a inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança. Irresignado com a penalidade, Paulo buscou ajuda de advogado, buscando entender melhor as características dessa penalidade. Nessa situação, ele foi corretamente informado de que:

- a) a competência para aplicar a pena é dos colegiados do Tribunal (Plenário ou Câmaras), mediante decisão da maioria absoluta dos membros.
- b) a sanção não poderia ser aplicada cumulativamente com a multa.
- c) o prazo da inabilitação será de cinco a oito anos.
- d) a inabilitação é uma consequência do julgamento das contas pela irregularidade.
- e) a inabilitação não pode ser aplicada contra um servidor que exerce cargo de provimento efetivo.

29. Ronaldo foi condenado pelo Tribunal de Contas do Estado ao pagamento de multa, uma vez que foi considerado responsável por atos ilegais durante o exercício financeiro. Contudo, ele percebeu que a Corte adotou decisões contraditórias, uma vez que reconheceu que Ronaldo estava de férias na ocasião da edição dos atos, mas ainda assim o condenou. Nesse caso, Ronaldo poderá impugnar a decisão mediante:

- a) ação judicial específica, uma vez que não cabe recurso na via administrativa contra decisão da Corte de Contas.
- b) embargos de declaração, com a indicação do ponto contraditório, no prazo de cinco dias da publicação da deliberação.
- c) recurso ordinário, desde que a decisão tenha sido proposta por Câmara, não cabendo esse instrumento se a decisão foi do Plenário.
- d) agravo de instrumento, no prazo de dez dias, buscando reformar a decisão de mérito.
- e) pedido de reexame, direcionado ao relator da decisão original, para apreciação do colegiado competente.

30. Acerca da eleição do corpo diretivo do TCE, pode-se afirmar que:

- a) Somente os conselheiros titulares, ainda que em gozo de férias, licença ou ausência com causa justificada, poderão votar e ser votados.
- b) O mandato será de um ano civil.
- c) Ocorrida a vacância dos cargos eletivos, o substituto imediato assumirá pelo período restante.
- d) No caso de vacância nos sessenta dias finais do mandato, será antecipada a eleição para o mandato subsequente.
- e) Serão escolhidos mediante eleição os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Corregedor, cabendo ao Presidente designar o Ouvidor e Presidente das Escola de Contas.

MÓDULO II
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO CONSTITUCIONAL***Nelma Fontana*

31. Após ter sido decretado, pelo Congresso Nacional, estado de calamidade pública nacional, por iniciativa de 27 Senadores, foi apresentada proposta de emenda à Constituição. A PEC retira do Distrito Federal autonomia política, de forma que o Governador passa a ser nomeado pelo Presidente da República, após aprovação do Senado Federal, e a Câmara Legislativa fica extinta. A proposta foi aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, tendo atingido em cada turno em cada Casa o quórum de três quintos do total de membros. Em seguida, a proposta seguiu para a promulgação. Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar que a referida emenda é

- a) inconstitucional, uma vez que proposta sobre o assunto só poderia ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, cada uma representada pela sua maioria relativa.
- b) constitucional, tendo sido cumprido o devido processo legislativo.
- c) inconstitucional, porque proposta de emenda não pode ser votada durante estado de calamidade pública.
- d) inconstitucional, pois o quórum necessário para aprovar emendas à Constituição Federal é o de dois terços do total de membros de cada Casa do Congresso Nacional.
- e) inconstitucional, porque a proposta fere princípio federativo, cláusula pétrea, e não poderia sequer ser objeto de deliberação.

32. Sobre a divisão e coordenação de Poderes da República, assinale a alternativa correta.

- a) Compete ao Presidente da República, na qualidade de Chefe de Governo, decretar o estado de calamidade pública nacional.
- b) O Poder Executivo tem por função atípica a prática de atos de chefia de Estado, chefia de governo e atos de administração.
- c) Compete ao Poder Judiciário assegurar amparo, proteção ou tutela dos direitos dispostos nas leis e na Constituição, de forma que não pode exercer função legislativa, nem mesmo de forma atípica.
- d) Cabe ao Presidente da República, após aprovação do Congresso Nacional, nomear e exonerar os Ministros de Estado.
- e) Não há no Estado brasileiro uma rigorosa separação de Poderes, pois o que se divide são as funções típicas do Estado (administrar, legislar e julgar) e essa divisão não é exclusiva, uma vez que um Poder pode exercer a função típica de outro nos casos autorizados pela Constituição Federal.

33. Após uma longa tempestade, a população de três municípios do estado Alfa foi afetada por inundações que provocaram queda de energia, falta de água potável e escassez de alimento. Muitas pessoas foram colocadas em abrigos públicos e tiveram que deixar as suas casas. Essa situação afetou a ordem pública e a paz social na região em que estão situados os municípios, porque a população, amedrontada, começou a saquear lojas, mercados e residências. Diante da situação, para restabelecer a ordem pública e a paz social, poderá o Presidente da República

- a) decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria relativa de seus membros, pelo prazo improrrogável de 30 dias.
- b) decretar a intervenção federal nos três municípios, afastando de cada lugar o Prefeito e nomeando interventor.
- c) decretar o estado de defesa, depois de ouvir o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, e submeter o ato ao Congresso Nacional, no prazo de 24 horas, para que por decisão da maioria absoluta de seus membros, no prazo de 10 dias, aprove ou não o ato.
- d) decretar o estado de defesa, após consultar o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, desde que autorizado pelo Congresso Nacional.
- e) decretar o estado de sítio, após autorização do Congresso Nacional, por maioria absoluta, em votação secreta.

34. João, brasileiro nato, mora na Espanha há 15 anos. Tendo constituído família na Espanha, não pretende retornar ao Brasil, razão pela qual, por sua livre e espontânea vontade, adquiriu a nacionalidade espanhola. José, brasileiro naturalizado, atentou com o Estado Democrático e a ordem constitucional, motivo pelo qual o Ministério Público Federal requereu o cancelamento de sua naturalização.

Acerca dos casos narrados, conforme o disposto no texto da Constituição Federal, aponte a única alternativa correta.

- a) João perdeu a nacionalidade brasileira, porque fez opção pela nacionalidade espanhola.
- b) José, pelo motivo narrado, não pode sofrer o cancelamento de sua naturalização, uma vez que o Estado não pode punir o nacional com a perda de nacionalidade.
- c) No caso de João, a declaração de perda de nacionalidade somente poderá ocorrer se ele fizer pedido expresso à autoridade brasileira competente.
- d) O cancelamento da naturalização de José poderá ser feito, em decorrência de ter praticado ato atentatório ao Estado Democrático e à ordem constitucional, por decreto do Presidente da República.
- e) A Constituição Federal não admite hipóteses de declaração de perda da nacionalidade, ainda que haja pedido expresso.

35. O conceito de Poder Constituinte é fundamental para entender a origem e a estrutura das Constituições. Com base na doutrina e na teoria do Poder Constituinte, assinale a alternativa correta:

- a) O Poder Constituinte derivado é ilimitado e incondicionado, podendo alterar qualquer parte da Constituição, incluindo as cláusulas pétreas.
- b) O Poder Constituinte originário é subordinado ao ordenamento jurídico anterior, devendo respeitar as normas vigentes no momento da sua elaboração.
- c) O Poder Constituinte originário manifesta-se na elaboração de emendas constitucionais, sendo responsável por atualizar o texto constitucional vigente.
- d) O Poder Constituinte derivado reformador é limitado e condicionado, devendo respeitar as cláusulas pétreas e seguir o procedimento estabelecido pela própria Constituição.
- e) O Poder Constituinte derivado revisor, previsto na Constituição Federal de 1988, pode modificar o núcleo essencial dos direitos fundamentais sem restrições.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

36. Assinale a alternativa que apresenta característica das entidades paraestatais:

- a) constituir-se ente privado revestido de finalidade lucrativa.
- b) pertencer à Administração Pública, em sua acepção subjetiva.
- c) pertencer à Administração Indireta, em sua acepção objetiva e subjetiva.
- d) exigência de lei para sua criação.
- e) instituição por particulares, com ou sem autorização legislativa, para o desempenho de atividades privadas de interesse público, mediante fomento e controle pelo Estado.

37. De acordo com o disposto na Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), é correto afirmar que:

- a) informação pessoal é aquela relacionada à pessoa jurídica ou natural, identificada ou identificável.
- b) as informações de interesse público devem ser divulgadas, exigindo-se a correspondente solicitação do interessado.
- c) por questões de racionalidade administrativa, os pedidos de acesso à informação devem necessariamente ser motivados, com a indicação da justificativa do pedido.
- d) é de 25 anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como secretas.
- e) Não sendo possível conceder o acesso imediato a pedidos de acesso à informação, o órgão que receber o pedido deverá respondê-lo em prazo não superior a vinte dias, prorrogável por mais dez dias.

38. Daniela, servidora pública do Estado Alfa, recebeu vantagem econômica indevida para tolerar atividade ilícita em determinada localidade, paga pela sociedade empresária Beta. Neste caso, à luz do que dispõe a Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que

- a) Daniela se sujeitará à suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de até 12 anos.
- b) Daniela se sujeitará à aplicação de multa de até 3 vezes o valor do dano por ela causado.
- c) na hipótese de fusão societária envolvendo a empresa Beta, a responsabilidade da sucessora alcança a obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do patrimônio transferido, bem como as demais sanções previstas em Lei em razão dos atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação.
- d) Daniela estará sujeita a perder os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, o que poderá alcançar seus sucessores, até o limite do valor da herança deixada por ela.
- e) o ato de improbidade poderá ser caracterizado mediante dolo ou culpa da servidora.

39. Quanto ao tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, considerando os termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), é correto afirmar que:

- a) deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por ambos os pais ou responsáveis legais.
- b) poderão ser coletados dados de crianças sem consentimento quando a coleta for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, para uso imediato ou futuro.
- c) poderão ser coletados dados de crianças sem consentimento para sua proteção, podendo ser livremente repassados a terceiro.
- d) a participação de crianças em aplicações de internet fica condicionada ao amplo fornecimento de suas informações pessoais.
- e) o controlador deve realizar todos os esforços razoáveis para verificar que o consentimento foi efetivamente dado pelo responsável pela criança, consideradas as tecnologias disponíveis.

40. Bebeto e Romário, servidores públicos do Estado Gama, discutiam sobre as características dos contratos administrativos na Lei 14.133/2021, ocasião em que Bebeto afirmou corretamente que:

- a) A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais pode onerar o objeto do contrato.
- b) O contratado será obrigado a corrigir, a suas expensas, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.
- c) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá subsidiariamente pelos encargos previdenciários.
- d) Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá

solidariamente pelos encargos trabalhistas, em qualquer situação.

- e) Sendo um negócio jurídico *intuitu personae*, a legislação prevê que, na execução do contrato, o contratado está impedido de subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

41. Sobre as características da gestão por resultados, analise as afirmativas a seguir.

- I. A chave do modelo é o foco nos procedimentos, porque os resultados dependem da eficiência das etapas realizadas.
- II. A liderança mais participativa faz com que a responsabilidade por atingir os resultados propostos sejam de todos.
- III. Na gestão por resultados, os diferentes setores devem definir os procedimentos adequados para o alcance dos resultados.

Está correto o que se afirma em

- a) II, somente.
- b) I e II, somente.
- c) I e III, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, somente.

42. De acordo com o Referencial Básico de Governança Pública (TCU, 2020), as instâncias internas de governança são responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas. Essas instâncias podem ser exemplificadas por:

- a) ouvidoria e conselho fiscal.
- b) conselho de administração e liderança executiva.
- c) conselho de administração e conselho fiscal.
- d) corregedoria e auditoria interna.
- e) auditoria interna e ouvidoria

43. O processo de modernização da gestão pública foi, muitas vezes, marcado por cenários de mudanças econômicas, sociais e políticas. Acerca dos modelos de administração pública no Brasil, marque a alternativa correta.

- a) O modelo de reforma do Estado brasileiro mostrou-se eficaz na solução dos problemas socioeconômicos do país, pois estava orientado para o desenvolvimento e levou em consideração a necessidade do Estado de sua construção em novas bases.
- b) A reforma iniciada com o Decreto-Lei n.º 200/1967 consolidou a centralização das atividades de produção de bens e serviços na administração direta, consagrando e racionalizando uma situação que já se delineava na prática.
- c) Em um modelo de gestão por resultados, o estabelecimento de objetivos e metas é definido de forma discricionária pelo gestor público.
- d) O Estado Regulador atua como responsável por definir regras ou padrões a serem seguidos em prestação de serviços essenciais à população.
- e) A reforma iniciada em 1995 apresentava o desafio cultural de inserir as práticas de gestão privada no contexto da administração pública.

44. A Administração Pública brasileira tem buscado se adaptar às mudanças da sociedade, incorporando ferramentas da iniciativa privada, com vistas ao alcance dos resultados dirigidos ao cidadão. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) O plebiscito e o controle social são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability afeta negativamente a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade, não há como se falar em governabilidade.
- d) Uma boa governança depende de poder político para empreender as boas práticas.
- e) Uma gestão empreendedora fundamenta-se no rendimento das empresas públicas, visando maior receita para o Estado.

45. Alguns acadêmicos consideram os processos participativos de gestão uma consequência do movimento da nova gestão pública. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- a) Por determinação constitucional, o orçamento participativo, como instrumento de soberania popular, visa à ampliação da democracia direta.
- b) O objeto da Administração Pública Gerencial é o desenvolvimento dos processos participativos de gestão pública.
- c) O exercício dos processos participativos implica o aumento da importância do uso de critérios técnicos nos processos de decisão.
- d) A ascensão de valores neoliberais e o chamado esvaziamento do Estado são considerados forças propulsoras do movimento da Nova Gestão Pública.
- e) O controle exercido pelo sistema de pesos e contrapesos pode ser entendido como um tipo accountability societal.

46. A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

- I - A composição dos conselhos de gestão não é definida pela Constituição Federal de 1988, mas por lei, podendo variar caso a caso e receber características próprias.
- II – Os conselhos gestores são órgãos públicos, regidos por regulamento próprio, cuja composição deve atender ao princípio da paridade.
- III – As conferências são espaços não oficiais de deliberação das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente a II está correta.
- c) Somente a III está correta.
- d) I, II, III estão corretas
- e) Somente a I e III estão corretas.

47. Os Estados modernos contam com quatro setores: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado. Em relação a estes setores, assinale a opção incorreta.

- a) O núcleo estratégico é o centro no qual se definem as políticas e o planejamento estratégico do Estado.
- b) As atividades exclusivas garantem que as leis e políticas públicas sejam cumpridas e financiadas.
- c) Os serviços não-exclusivos compreendem os serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica.
- d) O setor de produção de bens e serviços é formado pelo conjunto das empresas estabelecidas no país.
- e) O núcleo estratégico mantém a forma burocrática de gestão, para assegurar o controle dos abusos.

48. Após terem sido formuladas, as políticas públicas só se transformam em ações governamentais se forem implementadas. A implementação, por sua vez, pode ser conduzida segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de cima para baixo (*Top-Down*), indique qual das características abaixo não deverá estar presente.

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não-contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos níveis médios e inferiores da gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos/tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

49. A avaliação das políticas públicas se tornou uma etapa institucionalizada no ciclo das políticas públicas, que permite:

- a) A elaboração coletiva de métricas avaliativas.
- b) A definição participativa dos interesses dos atores envolvidos.
- c) As interrogações em relação aos determinantes que influenciam nos resultados individuais de avaliação.
- d) O processo de tomada de decisão acerca da efetividade das ações.
- e) A formação de novas agendas e a construção de novos interesses individuais.

50. A avaliação na administração pública deve ser realizada com base nos indicadores e metas previamente definidos e não limitada à autoavaliação ou a aspectos comportamentais e subjetivos. Acerca dos indicadores de desempenho da atuação da Administração Pública na busca de resultados, tem-se que:

- I. A eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos insumos disponíveis para a produção de bens ou serviços, a exemplo do alcance dos resultados educacionais previstas no plano de educação.
- II. A efetividade é expressão do atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade e pode ser representada pelo aumento na relação leito/pacientes atendidos nos hospitais públicos.
- III. A economicidade ocorre quando um gestor público adquire equipamentos e insumos para as escolas de alta qualidade e com custo abaixo do valor de mercado.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II.
- e) III.

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

51. Um financiamento no valor de R\$ 360.000,00 deve ser pago em 180 prestações mensais, pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa nominal de 12% ao ano, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês e assim sucessivamente. Calcule o valor mais próximo da décima prestação.

- a) R\$ 5.600,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.400,00
- d) R\$ 5.380,00
- e) R\$ 5.500,00

52. Um investidor aplica em um determinado banco R\$ 10.000,00 a juros simples. Após 6 meses, resgata totalmente o montante de R\$ 10.900,00 referente a esta operação e o aplica em outro banco, durante 5 meses, a uma taxa de juros simples igual ao dobro da correspondente à primeira aplicação. O montante no final do segundo período é igual a

- a) R\$ 12.862,00
- b) R\$ 12.750,00
- c) R\$ 12.650,00
- d) R\$ 12.550,00
- e) R\$ 12.535,00

53. Um capital é aplicado, durante 8 meses, a uma taxa de juros simples de 15% ao ano, apresentando um montante igual a R\$ 13.200,00 no final do prazo. Se este mesmo capital tivesse sido aplicado, durante 2 anos, a uma taxa de juros compostos de 15% ao ano, então o montante no final deste prazo seria igual a

- a) R\$ 17.853,75.
- b) R\$ 17.192,50.
- c) R\$ 16.531,25.
- d) R\$ 15.870,00.
- e) R\$ 15.606,50.

54. Um investimento obteve variação nominal de 15,5% ao ano. Nesse mesmo período, a taxa de inflação foi 5%. A taxa de juros real anual para esse investimento foi

- a) 0,5%.
- b) 5,0%.
- c) 5,5%.
- d) 10,0%.
- e) 10,5%.

55. Ao descontar em um banco, 5 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 50.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 45.000,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 36.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

- a) R\$ 33.420,00
- b) R\$ 35.000,00
- c) R\$ 32.450,00
- d) R\$ 34.560,00
- e) R\$ 33.840,00

56. Em uma vila, um estatístico estudou uma amostra de cinco residências, e registrou os seguintes números de moradores de cada residência:

Número da residência	Número de moradores
Residência 1	4
Residência 2	7
Residência 3	3
Residência 4	8
Residência 5	3

A variância amostral do número de moradores é:

- a) 5,7
- b) 5,5
- c) 5,2
- d) 4,8
- e) 4,4

57. Sejam A e B dois eventos associados a um experimento. Supondo que $P(A) = 0,4$ e $P(A \cup B) = 0,7$ e $P(B) = p$. Os valores de p que fazem com que A e B sejam mutuamente exclusivos e A e B sejam independentes são, respectivamente:

- a) 0,3 e 0,4
- b) 0,6 e 0,2
- c) 0,5 e 0,2
- d) 0,4 e 0,2
- e) 0,3 e 0,5

Utilize a tabela abaixo para as questões 58 e 59.

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$P(Z < 0,5) = 0,691$; $P(Z < 0,8) = 0,788$; $P(Z < 1) = 0,841$;
 $P(Z < 1,2) = 0,885$; $P(Z < 1,28) = 0,90$; $P(Z < 2) = 0,977$
 $P(Z < 1,5) = 0,933$; $P(Z < 1,8) = 0,964$;

Com o objetivo de se estimar a idade média, μ , em anos, de ingresso no primeiro emprego formal de jovens de determinada comunidade, selecionou-se uma amostra aleatória de 100 jovens da população de jovens que já haviam ingressado no mercado de trabalho formal. Os resultados obtidos encontram-

se na tabela de distribuição de frequências apresentada a seguir:

Idade (em anos)	Frequência Relativa
18 — 20	0,10
20 — 22	0,30
22 — 24	0,35
24 — 26	0,25

58. Calcule a média amostral

- a) 22
- b) 22,5
- c) 23
- d) 23,5
- e) 24

59. Supondo-se que o desvio padrão populacional seja igual a 1, o intervalo de confiança para μ , em anos, com coeficiente de confiança igual a 80%, baseado nessa amostra, é igual a:

- a) [22,372 ; 22,628]
- b) [22,4 ; 22,6]
- c) [22,35 ; 22,65]
- d) [22,3 ; 22,7]
- e) [22,2 ; 22,8]

60. Uma população em uma certa região se encontra dividida em três estratos, com tamanhos, $N_1 = 128$, $N_2 = 192$ e $N_3 = 96$. Ao se realizar uma amostragem estratificada proporcional, 16 elementos da amostra foram retirados do primeiro estrato. Indique qual o número total de elementos da amostra.

- a) 36
- b) 48
- c) 52
- d) 64
- e) 72

MÓDULO III
CONHECIMENTOS AVANÇADOS**AUDITORIA GOVERNAMENTAL***Guilherme Santanna*

61. Nos trabalhos de auditoria, é necessária a definição de critérios, que consistem em referências para avaliar o objeto auditado. Tais referências são previamente determinadas pelo auditor.

No contexto das entidades públicas, conforme a ISSAI 100, a definição desses critérios:

- a) adota padrões, princípios sólidos e boas práticas como fontes principais;
- b) deve estar disponível para a parte responsável;
- c) depende de fatores, incluindo os objetivos e o tipo de auditoria;
- d) deve ser estável quando se tratar de um mesmo objeto;
- e) é invariável quando se trata de auditoria operacional.

62. Nos termos da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, os certificados de auditoria devem expressar os seguintes tipos de opinião quanto à regularidade das contas anuais, EXCETO:

- a) opinião sem ressalvas;
- b) opinião com ressalva;
- c) opinião adversa;
- d) abstenção de opinião;
- e) opinião quanto à regularidade.

63. Segundo o Manual de Auditoria Financeira do TCU, quanto _____ significativos forem os fatores de risco e menos eficaz a estrutura de controle interno, _____ deverá ser o nível ou níveis de materialidade, implicando em _____ extensão de procedimentos como forma de manter o risco de auditoria no nível aceitável.

Completa corretamente as lacunas acima:

- a) mais - menor - maior
- b) mais - maior - maior
- c) mais - menor - menor
- d) menos - maior - maior
- e) menos - menor - menor

64. No desenvolvimento de um trabalho de asseguuração sobre as demonstrações contábeis de uma instituição pública, a equipe realizou o processo de identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante do contexto auditado.

Em relação ao processo de avaliação e resposta aos riscos de distorção relevante, é correto afirmar que:

- a) o risco de auditoria é estabelecido em função do risco do negócio, do risco de controle e do risco de detecção;
- b) o risco de distorção relevante, por guardar relação com os riscos do objeto que está sendo auditado, não está sob o controle da equipe de auditoria;
- c) caso a equipe de auditoria, na avaliação de um risco, conclua que o controle interno é muito forte, o risco de controle poderá ser estabelecido como zero;
- d) quanto maior o risco de distorção relevante, mais alto deve ser o nível de risco de detecção;
- e) o risco de distorção relevante é uma função direta da eficácia dos procedimentos de auditoria planejados e de sua aplicação pelo auditor.

65. O Tribunal de Contas de Roraima, ao apreciar irregularidades supostamente ocorridas no âmbito de entidade sujeita à sua jurisdição e às quais teve ciência a partir de denúncia devidamente conhecida por preencher todos os requisitos de admissibilidade, constata a necessidade de instauração de instrumento de fiscalização específico vocacionado à apuração dos fatos denunciados. Em tal situação, o instrumento de fiscalização a ser utilizado é o(a):

- a) monitoramento;
- b) auditoria;
- c) levantamento;
- d) inspeção;
- e) acompanhamento.

66. Nos termos das normas da INTOSAI, são considerados valores éticos fundamentais, EXCETO:

- a) Integridade – agir honestamente, confiavelmente, de boa fé e no interesse público;
- b) Independência e objetividade – ser livre de circunstâncias ou influências que afetem ou possam ser vistas como capazes de afetar o julgamento profissional e de agir de maneira imparcial e sem viés;
- c) Competência – adquirir e manter conhecimentos e habilidades adequados ao papel, agir de acordo com as normas aplicáveis e com o devido zelo;
- d) Ceticismo profissional – cumprir as leis, os regulamentos e as convenções aplicáveis, e evitar qualquer conduta que possa desacreditar a EFS;
- e) Confidencialidade e transparência – proteger adequadamente a informação, equilibrando isso com a necessidade de transparência e accountability.

67. Como uma instituição de _____, a Entidade Fiscalizadora Superior tem a tarefa de verificar a efetividade do(a) _____. Se o(a) _____ for considerada efetiva, esforços serão empreendidos, sem prejuízo do direito da Entidade Fiscalizadora Superior de conduzir uma auditoria geral, no sentido de garantir a mais adequada divisão ou designação de tarefas e cooperação.

Assinale a assertiva que preenche corretamente as lacunas:

- a) Auditoria externa - auditoria interna - auditoria interna.
- b) Auditoria interna - auditoria externa - auditoria interna.
- c) Auditoria externa - auditoria interna - auditoria externa.
- d) Auditoria interna - auditoria externa - auditoria externa.
- e) Auditoria externa - controle interno - controle interno.

68. Todas as auditorias no setor público contam com os mesmos elementos básicos, são eles:

- a) situação ou condição, critério, causa e efeito
- b) validade, confiabilidade, relevância e suficiência
- c) o auditor, a parte responsável e os usuários previstos, os critérios para avaliar o objeto e a informação resultante da avaliação do objeto.
- d) planejamento, execução, relatório e monitoramento
- e) integridade, objetividade, confidencialidade, comportamento profissional e conduta profissional

69. As auditorias _____ são sempre trabalhos de certificação, uma vez que são baseadas em informações apresentadas pela parte responsável. As auditorias _____ são, normalmente, trabalhos de relatório direto. As auditorias _____ podem ser trabalhos de certificação, de relatório direto ou ambos ao mesmo tempo.

Assinale a assertiva que preenche corretamente as lacunas:

- a) Operacionais - financeiras- de conformidade.
- b) Financeiras - operacionais - de conformidade.
- c) De conformidade - operacionais - financeiras.
- d) De conformidade - financeiras - operacionais.
- e) Financeiras - de conformidade - operacionais.

70. O atributo de auditoria em que se busca uma garantia de que serão obtidos os mesmos resultados se a auditoria for repetida denomina-se

- a) isonomia
- b) validade.
- c) relevância.
- d) suficiência.
- e) confiabilidade.

71. Na fase de planejamento da auditoria, e como subsídio à sua elaboração, a equipe deve construir uma visão geral preliminar do objeto para obtenção de conhecimento e compreensão a seu respeito, assim como do ambiente organizacional em que está inserido, incluindo, dentre outras fontes de informação e formas de obtenção de conhecimento, a legislação, as normas etc.

A construção da visão geral do objeto engloba as seguintes informações, **EXCETO**:

- a) descrição do objeto de auditoria, com as características necessárias a sua compreensão
- b) legislação aplicável
- c) objetivos institucionais, quando for o caso
- d) setores responsáveis, competências e atribuições

e) definição das questões de auditoria

72. Os procedimentos previstos em uma matriz de planejamento de auditoria devem ser executados pela equipe de auditoria em busca de achados, que serão desenvolvidos na matriz de achados. O desenvolvimento dos achados é o processo mais importante de uma auditoria, pois são eles que fundamentam as conclusões. Por isso, ao atuar na elaboração de uma matriz de achados, um auditor deve considerar que:

- a) evidências são os elementos essenciais e comprobatórios dos achados;
- b) causa é o estado requerido ou desejado em relação a uma situação objeto de auditoria;
- c) há dois aspectos mínimos a serem contemplados: causa e efeitos reais e potenciais;
- d) os critérios adotados devem ser consistentes, independentemente do escopo da auditoria;
- e) somente efeitos potenciais da situação encontrada devem ser tratados nas recomendações.

73. Os princípios fundamentais de auditoria do setor público (ISSAI 100) orientam que, durante todas as etapas de um trabalho de auditoria, os auditores gerenciem o risco da auditoria, com planejamento e execução de procedimentos capazes de gerar evidências suficientes, adequadas, relevantes e em bases razoáveis para fundamentar as suas conclusões.

Em se tratando de risco de auditoria, o que deve ser efetivamente gerenciado é o risco de:

- a) não alcançar um nível de asseguarção razoável;
- b) não conseguir bases para formar a opinião sem ressalvas;
- c) não detectar as falhas dos controles internos;
- d) que a independência do auditor seja comprometida;
- e) que o relatório de auditoria seja inadequado nas circunstâncias do trabalho.

74. Sobre as modalidades de auditoria aplicadas ao setor público, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Elementos da auditoria operacional podem ser parte de uma auditoria mais abrangente que também cubra aspectos de auditoria financeira, mas não se admite tal procedimento nas auditorias de conformidade.
- II. A auditoria de conformidade pode cobrir uma ampla variedade de objetos e pode ser realizada com o objetivo de fornecer asseguração razoável ou limitada, utilizando diversos tipos de critérios, procedimentos de obtenção de evidências e formatos de relatório.
- III. Os auditores devem considerar a materialidade em todas as fases do processo de auditoria operacional, conferindo especial atenção aos aspectos financeiros, independentemente dos aspectos sociais e políticos do objeto, com o objetivo de entregar tanto valor agregado quanto seja possível.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I, II e III.
- e) I e II, apenas.

75. O método de amostragem é empregado para a obtenção de informações sobre o todo (universo), a partir da investigação de apenas uma parte dos elementos desse todo (amostra). É bastante útil em situações em que a execução do censo é inviável ou antieconômica e a informação obtida da amostra é suficiente para atender aos objetivos pretendidos.

Quanto à amostragem na auditoria governamental, assinale a afirmativa **incorreta**.

- a) O objetivo da utilização de amostragem em trabalhos de auditoria é obter uma base razoável dentro dos critérios e objetivos estabelecidos, para fazer afirmações válidas a respeito de características do universo do qual a amostra foi selecionada.
- b) A amostragem probabilística baseia-se em critérios matemáticos e exige que a amostra selecionada apresente um comportamento mensurável em termos das leis de probabilidade.
- c) Na amostragem não-probabilística, a seleção é feita por critérios pessoais decorrentes da experiência profissional do auditor e do seu conhecimento do setor em exame, sendo o resultado generalizado para todo o universo.
- d) A escolha do tipo de amostragem é determinada pela finalidade do procedimento de auditoria e pelas características da população da qual se quer extrair uma conclusão.
- e) A seleção sistemática é aquela que utiliza um intervalo constante entre os itens que irão compor a amostra.

GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS*Rodrigo Bet*

76. Com base nas diferenças entre os contratos privados e os contratos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Os contratos administrativos são regidos exclusivamente pelo direito público, enquanto os contratos privados não possuem nenhuma interferência de normas publicistas.
- b) A principal característica que distingue os contratos administrativos dos contratos privados da administração é a presença das cláusulas exorbitantes nos primeiros.
- c) Os contratos privados da administração são caracterizados por uma relação de verticalidade entre as partes, em razão da supremacia do interesse público.
- d) A Administração Pública está proibida de celebrar contratos privados, por se submeter exclusivamente ao regime jurídico de direito público.
- e) Tanto nos contratos administrativos quanto nos contratos privados, a aplicação do direito privado é predominante, sendo o direito público utilizado apenas de forma supletiva.

77. Em 2022, um contrato de prestação de serviços de limpeza foi firmado entre uma autarquia federal e uma empresa particular com base na Lei nº 8.666/93. Considerando que a referida lei foi revogada pela Lei nº 14.133/21 em 2023, assinale a alternativa que indica corretamente como deve ser tratado o referido contrato e o fundamento jurídico aplicável:

- a) O contrato permanece regido pela Lei nº 8.666/93, pois essa lei possui ultratividade em relação aos contratos celebrados sob sua vigência.
- b) O contrato deve ser automaticamente adaptado às normas da Lei nº 14.133/21, que substituiu integralmente a Lei nº 8.666/93.

c) Apenas as cláusulas exorbitantes do contrato continuam regidas pela Lei nº 8.666/93; demais aspectos devem seguir a Lei nº 14.133/21.

d) O contrato deve ser extinto imediatamente, já que sua base legal foi revogada, sendo necessária a realização de nova licitação sob o regime da Lei nº 14.133/21.

e) O contrato deverá observar primariamente as normas gerais de contratos previstas no Código Civil.

78. Durante a execução de um contrato administrativo celebrado com base na Lei nº 14.133/2021, a empresa contratada apresentou um pedido de reequilíbrio econômico-financeiro em razão da edição de lei que majorou a alíquota de um tributo diretamente incidente sobre os custos do contrato. O ajuste havia sido formalizado há apenas seis meses.

Considerando a situação hipotética, é correto afirmar que:

- a) Trata-se de fato do príncipe, que autoriza a revisão do contrato para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, independentemente do tempo transcorrido desde sua celebração.
- b) Trata-se de uma álea ordinária, e o impacto deve ser absorvido pela contratada, pois alterações tributárias estão no risco normal do contrato.
- c) Trata-se de força maior, que justifica a repactuação dos preços contratados, limitada à proporcionalidade dos impactos financeiros comprovados.
- d) Trata-se de fato da Administração, que impõe a alteração contratual, visto que a majoração do tributo onera de forma imprevisível o contrato.
- e) Trata-se de cláusula exorbitante, que permite à Administração revisar o contrato unilateralmente, desde que devidamente fundamentada.

79. A eficácia de contratos administrativos está vinculada à sua obrigatoria divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme previsto na Lei nº 14.133/2021. No caso de uma contratação direta, desprovida de caráter emergencial, tal divulgação deve ser realizada em um prazo que se inicia a partir da assinatura do contrato. Esse prazo é de:

- a) 20 dias úteis.
- b) 20 dias corridos.
- c) 10 dias úteis.
- d) 10 dias corridos.
- e) 5 dias úteis.

80. Após chuvas intensas que causaram alagamentos no Município Gama, a autoridade local contratou verbalmente uma loja para a aquisição e troca de um pneu necessário à operação de um caminhão utilizado na remoção de entulhos das áreas mais atingidas. A contratação, sem licitação, foi fixada no valor de R\$ 1.800,00. Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021 e o contexto narrado, é correto afirmar que a contratação realizada:

- a) É lícita e legítima, por se tratar de hipótese de inexigibilidade de licitação, uma vez que a urgência justifica a escolha direta do fornecedor.
- b) É inválida e sem efeito jurídico, pois a contratação verbal é vedada pela legislação, sendo vedado o pagamento pelo item adquirido, mesmo que tenha sido utilizado.
- c) É passível de regularização desde que seja formalizado um decreto de calamidade pública para justificar a dispensa de licitação e a escolha do fornecedor.
- d) Deve ser declarada nula com efeitos retroativos, sendo o contratado indenizado apenas pelo fornecimento efetivo realizado até a data da declaração de nulidade.
- e) É excepcionalmente válida por se tratar de uma pequena compra e serviço de pronto pagamento

realizados dentro dos limites legais de valor aplicáveis à contratação verbal.

81. Considere que determinada administração pública celebrou contrato para prestação de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Pouco mais de um ano após apresentação da proposta, o contratado apresentou requerimento para atualização dos valores, sob a alegação da entrada em vigor de novo acordo coletivo de trabalho.

Com base na Lei nº 14.133/2021 e no conceito de reajuste, repactuação e revisão contratual, é correto afirmar que:

- a) O pedido deve ser tratado como reajuste, pois envolve atualização dos valores do contrato com base no índice de correção monetária estipulado, o qual reflete a variação efetiva dos custos de produção.
- b) O pleito caracteriza repactuação, por se tratar de serviço contínuo com predominância de mão de obra, sendo necessário analisar o impacto das variações de custos do mercado e do novo acordo coletivo sobre os valores pactuados.
- c) Trata-se de revisão contratual, pois o aumento dos custos e a vigência do acordo coletivo configuram fato do príncipe, gerando desequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- d) O caso deve ser resolvido por meio de revisão contratual, aplicável quando há necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em virtude de alterações nos custos do contrato provocadas por fatores externos.
- e) O pedido é indevido, pois o regime de dedicação exclusiva de mão de obra não admite atualização contratual, sendo necessário firmar novo instrumento contratual.

82. A Administração Pública do Município Beta decidiu construir um hospital sob o regime de contratação integrada, conforme a Lei nº 14.133/2021. Com base nesse regime, a responsabilidade pela elaboração dos projetos e a execução da obra deve ser atribuída da seguinte forma:

- a) A Administração Pública elabora o projeto básico e delega ao contratado apenas a execução do projeto executivo e da obra.
- b) Cabe ao contratado a elaboração de todos os projetos, incluindo o projeto básico e o projeto executivo, com base nas diretrizes do anteprojeto fornecido pela Administração.
- c) O contratado deve desenvolver o projeto executivo e a obra, enquanto a Administração permanece responsável pela elaboração do projeto básico.
- d) O projeto executivo é elaborado em conjunto pela Administração e pelo contratado, assegurando que os requisitos técnicos sejam atendidos.
- e) Tanto o projeto básico quanto o projeto executivo são de responsabilidade exclusiva da Administração, que fornece o planejamento completo ao contratado.

83. Em um processo licitatório para a contratação de serviços técnicos especializados de consultoria em tecnologia da informação, foi adotado o critério de julgamento "técnica e preço". Sabendo que a ponderação estabelecida no edital deve respeitar os limites fixados pela Lei nº 14.133/2021, qual é o peso máximo permitido para a técnica em relação ao preço?

- a) 50%
- b) 60%
- c) 70%
- d) 80%
- e) 100%

84. A prefeitura de um município necessita contratar uma empresa especializada para restaurar um bem tombado de valor histórico e artístico, danificado por uma forte tempestade. Durante o processo, verificou-se que apenas uma empresa na região possui a expertise necessária para realizar a restauração, sendo reconhecida por sua notória especialização em trabalhos similares, comprovada por experiências anteriores e certificações técnicas. Com base na Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) A contratação deve ser realizada por licitação dispensável, pois a administração pública possui a discricionariedade para optar por contratar diretamente ou licitar.
- b) Trata-se de hipótese de inexigibilidade de licitação, uma vez que a notória especialização da empresa inviabiliza a competição e torna a licitação impraticável.
- c) A licitação é obrigatória, pois a situação narrada não configura hipótese de contratação direta prevista na Lei nº 14.133/2021.
- d) A situação apresentada é caracterizada como licitação dispensada, autorizando a contratação direta sem a necessidade de avaliação de outros fornecedores.
- e) A contratação configura inexigibilidade de licitação, com base na emergência decorrente do desastre natural causado pela tempestade.

85. Durante a execução de um contrato administrativo para a modernização de um prédio público, a empresa contratada identificou a necessidade de expertise específica para a instalação de um avançado sistema de climatização. Por essa razão, decidiu subcontratar uma empresa especializada para executar essa parte do projeto.

Com base na Lei nº 14.133/2021 e nos princípios aplicáveis aos contratos administrativos, analise as alternativas e assinale a correta:

- a) A subcontratação é permitida para qualquer parcela da obra, independente de autorização pela Administração, desde que seja tecnicamente justificável e o contratado apresente a documentação da subcontratada à Administração.
- b) A subcontratação parcial é autorizada pela legislação, mas exige autorização da Administração e deve se restringir a parcelas específicas do objeto contratual, mantendo o contratado responsável integralmente pelo contrato.
- c) A subcontratação parcial é autorizada, e, uma vez aprovada pela Administração, transfere ao subcontratado as responsabilidades contratuais perante a Administração, isentando o contratado de obrigações.
- d) A subcontratação é vedada em contratos administrativos, exceto nos casos em que o edital expressamente autorizar a subcontratação integral.
- e) A subcontratação é permitida livremente pelo contratado, desde que seja para serviços de caráter acessório e de baixa complexidade técnica.

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

86. Considerando as disposições da Declaração de Lima, marque a opção correta. Ao julgar, considere que EFS significa Entidade Fiscalizadora Superior.

- a) O controle prévio tem a vantagem de diminuir o volume de trabalho e identificar adequadamente as responsabilidades previstas no direito público.
- b) A auditoria realizada por uma EFS não pode determinar o ressarcimento por prejuízos provocados ou prevenir novas ocorrências de violações.
- c) Toda EFS deve realizar controle prévio, independentemente da situação jurídica de cada país.
- d) O controle prévio realizado por uma EFS tem a vantagem de poder impedir prejuízos antes de sua ocorrência.
- e) Se houver um controle prévio bem instituído, a EFS não será encarregada dos procedimentos de auditoria.

87. Képlyn é servidora do controle interno do estado Gama e foi questionada sobre a possibilidade de os tribunais de contas realizarem o julgamento das contas dos prefeitos municipais. Em sua resposta, consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – STF, ela informou corretamente que:

- a) compete ao Tribunal de Contas do Estado o julgamento das contas de gestão dos prefeitos, enquanto as câmaras encarregam-se do julgamento das contas de governo, dado o caráter técnico daquelas e políticos destas.
- b) compete ao Tribunal de Contas do Estado o julgamento das contas de governo dos prefeitos, enquanto as câmaras encarregam-se do julgamento das contas de gestão, dado o caráter técnico daquelas e políticos destas.
- c) compete às câmaras municipais o julgamento das contas de governo, de gestão e especiais dos prefeitos municipais, motivo pelo qual os tribunais de contas não podem condenar administrativamente o chefe do Poder Executivo municipal, ainda que no âmbito de tomadas de contas especiais.
- d) no âmbito da tomada de contas especial, é possível a condenação administrativa de chefes dos Poderes Executivos municipais, estaduais e distrital pelos Tribunais de Contas, quando identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento de convênios interfederativos de repasse de verbas, sem necessidade de posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo.
- e) no âmbito da tomada de contas especial, é possível a condenação administrativa de chefes dos Poderes Executivos municipais, estaduais e distrital pelos Tribunais de Contas, quando identificada a responsabilidade pessoal em face de irregularidades no cumprimento de convênios interfederativos de repasse de verbas, desde que haja posterior julgamento ou aprovação do ato pelo respectivo Poder Legislativo.

88. Durante uma auditoria interna na Secretaria Estadual Gama, foram identificadas diversas irregularidades na execução de um programa de aquisição de medicamentos. As irregularidades incluem a contratação de fornecedores sem licitação adequada, pagamentos efetuados sem a devida comprovação dos serviços prestados e discrepâncias significativas entre os valores contratados e os valores de mercado. Carlos, o responsável pelo sistema de controle interno na Secretaria Estadual Gama, ao tomar conhecimento dessas irregularidades, realizou uma análise detalhada e confirma as inconsistências. Simultaneamente, um grupo de cidadãos, cientes das irregularidades através de notícias veiculadas na mídia, decidiu organizar uma denúncia formal ao Tribunal de Contas do Estado para exigir uma investigação mais aprofundada sobre o caso. Nos termos da Constituição Federal, assinale a opção correta:

- a) Carlos não tem obrigação de informar ao Tribunal de Contas sobre as irregularidades identificadas, pois sua responsabilidade é apenas interna.
- b) a denúncia formal dos cidadãos ao Tribunal de Contas não possui legitimidade, visto que apenas servidores públicos podem denunciar irregularidades.
- c) Carlos, por determinação constitucional, é obrigado a informar as irregularidades ao Tribunal de Contas, sob pena de responder solidariamente no caso de omissão.
- d) o controle interno não inclui a avaliação da eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos e entidades da administração pública, limitando-se ao exame da legalidade e da regularidade.
- e) em razão da autonomia, o sistema de controle interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário está dispensado de apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, que é de responsabilidade exclusiva dos tribunais de contas.

89. João é servidor do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul e foi designado pelo Tribunal para participar de um congresso com a participação de servidores de diversos tribunais de contas do Brasil. Em um dos eventos, ele acompanhou a palestra de Antonio, Auditor de Controle Externo do TCE do estado Alfa. Na apresentação de Antonio, constava uma explicação sobre a destinação dos recursos arrecadados com as multas proporcionais aos danos causados ao erário, em razão dos processos de contas realizados no âmbito dos municípios, e das multas simples, aplicadas em razão de irregularidades sem dano ao erário. Nesse caso, considerando que o TCE do estado Alfa é encarregado de fiscalizar os recursos estaduais e os recursos de todos os municípios do respectivo estado, constava corretamente na apresentação que:

- a) em qualquer hipótese, as multas deveriam ser recolhidas aos cofres do governo do Estado, uma vez que o Tribunal é órgão estadual.
- b) o valor do ressarcimento do dano ao erário, quando se tratar de recursos municipais, será recolhido aos cofres do Tesouro Municipal, mas o valor da multa proporcional ao dano deverá ser revertido para fundo próprio, para o custeio das atividades de fiscalização.
- c) a multa proporcional ao dano é considerada “valor acessório”, devendo ser recolhida para os mesmos cofres do valor do ressarcimento ao erário, ou seja, para os cofres do município, enquanto a multa simples será recolhida aos cofres do estado Alfa.
- d) ainda que a multa proporcional ao dano seja aplicada contra agente público municipal, o valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado.
- e) o Estado e o município serão credores solidários do montante da multa proporcional ao dano, que poderá ser executada pela procuradoria de qualquer desses entes.

90. A atividade administrativa se submete a um conjunto de controles, que buscam não só assegurar o cumprimento das leis, como também o alcance de bons resultados. Nesse contexto, os sistemas de controle elucidam o conjunto de ferramentas para a realização do controle da atividade estatal. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) no sistema do contencioso, a decisão da jurisdição administrativa não faz coisa julgada, de tal forma que será possível rever os atos do poder público por meio de ação judicial específica.
- b) o Brasil adota a dualidade de jurisdição, uma vez que as decisões da administração pública somente fazem coisa julgada em sentido material, motivo pelo qual é possível debater a matéria no âmbito do Judiciário.
- c) as decisões dos tribunais de contas representam um modelo misto, uma vez que são decisões administrativas de natureza jurisdicional.
- d) o sistema inglês é típico dos países do *common law* e representa a unicidade de jurisdição, o que não veda, entretanto, que os conflitos sejam resolvidos em âmbito administrativo.
- e) no sistema adotado no Brasil, qualquer litígio administrativo poderá ser levado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento perante o poder público.

91. Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

- a) o Tribunal de Contas da União, órgão sem função jurisdicional, pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal, desde que os efeitos sejam *erga omnes* e vinculantes no âmbito de toda a Administração Pública Federal.
- b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.
- d) a sustação de contratos administrativos poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, no caso de descumprimento de determinações.
- e) se imprescindível para o exercício do controle externo, o Tribunal de Contas poderá afastar normas cuja aplicação no caso expressaria um resultado inconstitucional, seja por violação patente a dispositivo da Constituição ou por contrariedade à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria

92. Considerando a competência constitucional dos tribunais de contas para apreciar, para fins de registro, os provimentos e aposentadorias, marque a opção correta.

- a) Na análise de aposentadoria, o Tribunal de Contas deverá conceder o contraditório e a ampla defesa quando a sua decisão puder ensejar a negativa do registro.
- b) O Tribunal de Contas não dispõe de competência para proceder a qualquer inovação no título jurídico de aposentação submetido a seu exame, cabendo-lhe informar ao órgão ou entidade competente as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei.
- c) O Tribunal de Contas não poderá apreciar para fins de registro a legalidade da admissão de ocupante

de cargo em comissão nem poderá realizar outras formas de fiscalização sobre esse tipo de provimento.

- d) A competência técnica do Tribunal de Contas, ao negar registro de admissão de pessoal, subordina-se à revisão pelo Poder Legislativo respectivo.
- e) Os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de cinco anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a partir do deferimento do pedido do interessado pelo órgão público de origem do servidor.

93. De acordo com a Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União deverá encaminhar relatório de suas atividades. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- a) os referidos relatórios têm a natureza de prestação de contas, motivo pelo qual o Congresso Nacional deverá apreciá-los e julgá-los, no prazo constitucional.
- b) o TCU deverá apresentar relatórios quadrimestrais e anuais sobre as suas atividades, mas tais relatórios não têm natureza de prestação de contas anual.
- c) os relatórios devem ser enviados Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público, para que estes possam avaliar o desempenho do Tribunal de Contas da União.
- d) esses relatórios, além de permitirem que o Legislativo possa acompanhar o desempenho das atribuições do Tribunal de Contas, também se destinam a expor ao Legislativo a situação das finanças públicas administradas pelos órgãos e entidades governamentais.
- e) os referidos relatórios são enviados de forma consolidada pelo TCU, com informações de atividades de todos os tribunais de contas, incluindo os estaduais, uma vez que não existe disposição semelhante para as cortes de contas dos estados.

94. A Constituição do Estado Alfa definiu os critérios para escolha dos conselheiros do Tribunal de Contas, tomando como referência as disposições da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Nesse contexto, pode-se afirmar que a Constituição Estadual terá definido corretamente a forma de escolha dos conselheiros se prescrever que:

- a) O Tribunal de Contas do Estado será formado por nove conselheiros, sendo que seis serão escolhidos pela Assembleia Legislativa e os outros três pelo Governador do Estado.
- b) O Governador deverá escolher os sete conselheiros, mas a aprovação dependerá de aprovação da Assembleia Legislativa, em simetria com a forma de escolha dos ministros do Supremo Tribunal Federal.
- c) O Tribunal de Contas Estadual será composto por sete conselheiros, sendo que quatro devem ser escolhidos pela Assembleia Legislativa e três pelo chefe do Poder Executivo estadual, cabendo a este indicar um dentre auditores e outro dentre membros do Ministério Público de Contas, e um terceiro a sua livre escolha.
- d) A Assembleia deverá escolher cinco conselheiros, cabendo ao Governador escolher os outros dois, sendo um dentre auditores e outro dentre os membros do Ministério Público de Contas, e um terceiro a sua livre escolha.
- e) Como titular do controle externo, a Assembleia Legislativa tem a prerrogativa de indicar os sete conselheiros, cabendo ao Governador realizar a nomeação.

95. Acerca das competências dos Tribunais de Contas, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e as previsões da legislação, pode-se afirmar que:

- a) Em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de

aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da emissão do ato de aposentadoria;

- b) É imprescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas, uma vez que se trata de recuperação de dado ao erário.
- c) É inconstitucional a nomeação, pelo Chefe do Executivo, de membro do Ministério Público especial para preenchimento de cargo vago de Conselheiro de Tribunal de Contas local quando se tratar de vaga reservada à escolha da Assembleia Legislativa, devendo-se observar a regra constitucional de divisão proporcional das indicações entre os Poderes Legislativo e Executivo.
- d) Para efetuar os exames das contas das campanhas eleitorais, a Justiça Eleitoral poderá requisitar técnicos do Tribunal de Contas da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, pelo prazo de cento e oitenta dias, prorrogáveis uma vez.
- e) Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes que a arrecadação de receita poderá não comportar as metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, podendo ainda limitar diretamente o empenho do Poder que não adotar as medidas no prazo legal.

96. Quanto à natureza, entende-se por fiscalização operacional aquela que trata do controle sobre:

- a) a legalidade dos atos de arrecadação de receitas e realização de despesas.
- b) os balanços e demonstrativos contábeis, em conformidade com os princípios da contabilidade pública.
- c) a guarda e conservação dos bens, móveis ou imóveis, das entidades públicas.
- d) o desempenho dos órgãos públicos.
- e) a execução do orçamento.

97. O controle é o processo de comparação entre a situação controlada com padrões pré-estabelecidos. O controle da administração, por sua vez, versa sobre um conjunto de instrumentos adotados pela administração, pelos Poderes do Estado e pela sociedade para verificar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e outros padrões de atuação do Poder Público.

De acordo com a doutrina do controle da Administração, quanto à localização do órgão controlador, o controle pode ser classificado como:

- a) interno, como acontece quando o TCU realiza uma auditoria em órgão do Poder Executivo.
- b) externo, realizado por um Poder sobre a atuação de outro, a exemplo do controle externo financeiro, cuja titularidade compete ao Congresso Nacional, sendo realizado com o auxílio do TCU.
- c) social, realizado pela sociedade e pelo Congresso Nacional, como representante do povo.
- d) provocado, realizado por provocação de terceiros, a exemplo do controle decorrente de recursos administrativos.
- e) judicial, realizado de ofício ou por provocação, sobre a legalidade e o mérito da atuação da Administração.

98. Os tribunais de contas exercem um conjunto complexo de funções, buscando proteger o patrimônio e o interesse públicos. Sobre a classificação das funções das cortes de contas, é incorreto afirmar que:

- a) entre outras competências, a função fiscalizatória é exercida pelo Tribunal de Contas quando é realizado o exame, para fins de registro, dos atos de admissão de pessoal e da concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão.
- b) o Tribunal de Contas exerce a função jurisdicional quando julga as contas dos responsáveis por dano ao erário e quando emite parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo.

c) há funções que podem ser exercidas em conjunto, como a função sancionatória e pedagógica, uma vez que a aplicação de penalidades também tem a função de coibir a prática de novos ilícitos, direcionando os agentes públicos para adoção de condutas regulares.

d) a Lei de Responsabilidade Fiscal outorga ao Tribunal de Contas diversas atribuições informativas, também denominadas de função de alerta, como ocorre quando a Corte alerta os Poderes e órgãos públicos que os respectivos gastos com pessoal ultrapassaram 90% do limite definido em lei.

e) a análise sobre despesas supostamente não autorizadas ocorre em conjunto entre o Tribunal de Contas e o Poder Legislativo, momento em que o Tribunal exerce a sua função consultiva, ao emitir o parecer conclusivo sobre o tema.

99. Os Tribunais de Contas possuem diversas competências próprias e privativas, definidas no texto constitucional. Uma delas é a aplicação de multa proporcional ao dano causado ao erário. Sobre esse tema, pode-se afirmar que:

- a) a aplicação de penalidades independe de previsão em lei, uma vez que o seu fundamento se encontra diretamente na Constituição Federal.
- b) o Tribunal de Contas somente poderá aplicar a sanção de multa proporcional ao dano, por expressa determinação constitucional.
- c) por não se tratar de órgão jurisdicional, o Tribunal de Contas poderá aplicar sanções sem observar o devido processo legal.
- d) a competência sancionatória do Tribunal de Contas se submete ao controle do Poder Legislativo, titular do controle externo.
- e) a decisão que aplicar a multa terá eficácia de título executivo extrajudicial.

100. O Ministério Público especial que funciona junto aos Tribunais de Contas possui importante missão constitucional, mas guarda peculiaridades em comparação ao Ministério Público “comum”. Sobre o tema, pode-se afirmar que esse Ministério Público especial:

- a) não goza de capacidade processual, mas poderá apresentar mandado de segurança contra acórdão do Tribunal de Contas que compõe, caso a Corte não observe as prerrogativas processuais do Parquet de Contas.
 - b) dada a sua autonomia, o Ministério Público de Contas poderá propor a ação de execução dos títulos executivos emitidos pela Corte de Contas.
 - c) no âmbito dos estados-membros, é constitucional a exigência de lei complementar para regular a organização do Ministério Público especial de Contas.
 - d) o Ministério Público especial de Contas encontra-se estritamente vinculado à estrutura da Corte de Contas e não detém autonomia jurídica e iniciativa legislativa para propor projetos de leis que definem sua estrutura organizacional.
 - e) em que pese as carreiras sejam distintas, a Constituição autoriza a equiparação de “vencimentos” e “vantagens” entre membros do Ministério Público especial e membros do Ministério Público comum.
-

Discursiva 1

Tendo em vista que as responsabilidades do auditor incluem a emissão de relatórios sobre demonstrações contábeis por eles auditadas, responda, com base nas NBC TA, aos seguintes questionamentos.

- Qual situação justifica a emissão de relatório com opinião não modificada?
- Que situações motivam a emissão de relatório com modificação de opinião?
- Em que situações é apropriada a emissão de opinião com ressalva ou a emissão de opinião adversa?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

Discursiva 2

Durante a apreciação das contas de determinado município do estado X, o TCE desse estado (TCE/X) constatou ilegalidade em determinado contrato de prestação continuada, razão por que assinalou prazo para que a entidade adotasse as providências necessárias ao exato cumprimento da lei. Decorrido o prazo estabelecido pelo tribunal, a prática ilegal persistia.

Com base na situação hipotética acima, redija um texto dissertativo respondendo, necessariamente, de forma objetiva e justificada, aos seguintes questionamentos.

- a) O TCE/X poderá sustar diretamente a execução do contrato eivado de vício?
- b) O TCE/X poderá aplicar sanções diretamente aos agentes públicos envolvidos?

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
